



Inclusão do Deficiente Auditivo no Contexto Escolar

Inclusion of Hearing-Impaired Students in the School Context

Benivaldo Aparecido de Almeida

Graduado em Pedagogia pela UFMT - Universidade Federal de Mato Grosso. Pós-graduado em Psicopedagogia - IMP. Mestre em Ensino pela Universidade de Cuiabá - PPGEn UNIC.

Resumo: O presente estudo visa compreender, como ocorre o processo de inclusão de crianças com deficiência auditiva em escola regular na rede pública de ensino. O tema vai de encontro as necessidades de muitos educadores que demonstram preocupação e inquietação ao receber alunos portadores de necessidades especiais. Como a escola está organizada e estruturada de tal modo que atenda às necessidades e anseios dos alunos considerados deficientes auditivos, com enfoque no planejamento e interação entre os alunos e professores envolvidos no processo de ensino aprendizagem. Buscando métodos e estratégias adequadas para realmente incluir o aluno especial, respeitando suas limitações e utilizando recursos específicos para cada deficiência, no caso, auditivo. É papel do educador incentivar os alunos a participar do processo da inclusão, dar apoio e oportunizar ao educando “surdo”, as mesmas situações de aprendizagem.

Palavras-chave: inclusão; educação; aprendizagem.

Abstract: This study aims to understand how the inclusion process of children with hearing impairment occurs in mainstream public schools. The topic addresses the needs of many educators who show concern and uncertainty when receiving students with special educational needs. It examines how schools are organized and structured to meet the needs and expectations of students considered hearing impaired, with a focus on planning and interaction between students and teachers involved in the teaching-learning process. It also seeks appropriate methods and strategies to effectively include students with special needs, respecting their limitations and using specific resources for each type of disability, in this case, hearing impairment. It is the educator's role to encourage students to participate in the inclusion process, provide support, and offer deaf learners the same learning opportunities.

Keywords: inclusion; education; learning.

INTRODUÇÃO

O estudo trata-se da inclusão do deficiente auditivo no contexto escolar, devido o tema estar presente no dia a dia, e nas salas de aula muitos educadores encontram dificuldades em atender esses alunos com necessidades especiais.

Há grandes iniciativas no sentido da inclusão, mas em situações do cotidiano escolar, precisa avançar muito as práticas pedagógicas, visando sensibilizar principalmente a comunidade escolar a respeito das questões que norteiam o contexto escolar. É necessárias políticas públicas, que façam valer os direitos que os alunos especiais possuem, no tocante às principais características da sua deficiência, no caso auditiva, para que tenham acesso e ingresso a um ensino que

atenda às suas necessidades, buscando promover reflexões acerca de todos os indivíduos no processo educativo.

Metodologicamente será enfatizado a deficiência auditiva, educação inclusiva, a capacitação dos professores para atendimento de aluno especial.

Todavia, faz-se necessário que os educadores conheçam e compreendam as necessidades dos alunos surdos, buscando subsídios necessários para atender os alunos especiais, promovendo assim um trabalho de sensibilização e acolhimento onde o educando possa ser visto como um ser ativo e que possa interagir efetivamente na construção da aprendizagem.

METODOLOGIA

A pesquisa será desenvolvida a partir de uma abordagem qualitativa, de modo a oferecer uma compreensão ampla e aprofundada sobre a inclusão do deficiente auditivo no contexto escolar.

A adoção desse tipo de metodologia se justifica pela complexidade do fenômeno investigado, uma vez que os aspectos relacionados à saúde mental não podem ser reduzidos apenas a indicadores numéricos, mas demandam também a escuta sensível das percepções e vivências dos profissionais da educação (Minayo, 2010).

Realizou-se uma revisão narrativa de literatura, com diferentes tipos de documentos (artigos, teses, dissertações, textos on-line). Esse tipo de método permite uma ampla descrição sobre o assunto, mas não esgota todas as fontes de informação, visto que sua realização não é feita por busca e análise sistemática dos dados. Sua importância está na rápida atualização dos estudos sobre a temática.

Foram utilizados trabalhos obtidos a partir da busca com os descritores “revisão bibliográfica”, nos endereços eletrônicos Google Acadêmico e Scielo, estudos que apresentavam a descrição do método no título e no corpo do texto de forma abrangente, de modo a contribuir com o tema abordado.

DESENVOLVIMENTO

Deficiência auditiva significa distúrbio da audição, diminuição da capacidade auditiva em diferentes graus de intensidade podendo ser de caráter transitório ou definitivo, estacionário ou progressivo.

Segundo Rinaldi (1997) o ouvido capta vibrações do ar que conhecemos como sons. O ouvido externo é composto pelo pavilhão e pelo canal auditivo. O canal leva o som captado a uma membrana circular e flexível chamada tímpano.

O ouvido interno é composto por um sistema de canais líquido, vibrações do ouvido médio fazem com que este líquido se mova e estes movimentos serão convertidos em sinais elétricos na cóclea do ouvido interno sendo penetrada por uma membrana chamada janela oval e passam para um canal cheio de líquido.

Ainda Rinaldi (1997) os sinais vindos da cóclea são transformados até a área do cérebro chamada córtex auditivo, é nesta área do cérebro que são interpretados os sinais dos sons. Os estudiosos ainda não concluíram com precisão como o cérebro interpreta as ondas captadas pelo ouvido e transformada em energia elétrica.

Pode ser classificado como deficiência de transmissão, quando o problema se localiza no ouvido externo ou médio, neste caso o prognóstico costuma ser excelente, se torna mista quando o problema se localiza no ouvido médio interno, e neurosensorial, quando se origina no ouvido interno e nervo auditivo é considerado caso irreversível.

A intensidade do som é medida em decibéis (dB). A frequência, que é a vibração das ondas sonoras de graves e agudos é medida em Hertz.

Sendo considerado portador de surdez toda pessoa que apresenta uma perda média acima de vinte e cinco decibéis ao se considerarem as frequências em Hertz.

Conforme Marchesi (1995) a dimensão que tem maior influência nas habilidades linguísticas, cognitivas sócias e educacionais das crianças surdas é certamente a grau de intensidade da perda auditiva.

Com base no trabalho de Roeser e Doens, Martinez (2000) propõe a seguinte classificação dos limiares de audição:

| LIMIARES TONAIS | |
|---|------------|
| Audição normal | 0 a 15 dB |
| Deficiência auditiva suave | 16 a 25 dB |
| Deficiência auditiva leve | 26 a 40 dB |
| Deficiência auditiva moderada | 41 a 55 dB |
| Deficiência auditiva moderadamente severa | 56 a 70 dB |
| Deficiência auditiva severa | 70 a 90 dB |
| *Média dos limiares tonais em 500, 1.000 e 2.000 Hz | |

Fonte: Roeser e Doens, Martinez (2000).

De acordo com a pesquisa realizada, pode-se afirmar que pelo menos a cada 1000 crianças que nascem no Brasil são portadoras de necessidades auditivas, ou seja, são profundamente surdas, devido a problemas genéticos ou provocadas por doenças transmissíveis no decorrer da gestação.

Auditivo é todo indivíduo que tem percepção de sons diminuída ao pensar em surdez é natural que se procure conhecer as causas que a provoquem e os meios de evitá-las.

A surdez condutiva é um problema que ocorre quando a lesão está no nível do ouvido externo ou médio sendo a responsável pela condução do som, é tratável e curável, faz com que a pessoa perca o volume sonoro: é como tentar entender alguém que fala muito baixo ou está muito longe ou como se diminuirmos o volume da TV enquanto a assistimos (Rinaldi, 1997, p.31).

A surdez neurosensorial ocorre quando a lesão afeta o nível do ouvido interno e no nervo auditivo, sendo que ela é a recepção de som, neste caso não há como inverter, além se cortar o volume também é distorcida, é como se estivéssemos ouvindo o barulho de uma fita enrolando. Pode se manifestar em qualquer idade desde o pré-natal até a idade avançada.

Conforme a Rinaldi (1997) a surdez neurosensorial não tem cura, pois o problema ocorreu no ouvido interno. Atualmente existem implantes cocleares (implante de eletrodos na cóclea) podendo ser realizados em adultos, idosos e mesmo em crianças, neste caso a pessoa deverá ser portadora de necessidade auditiva profunda ser incapaz de compreender a linguagem oral.

No implante os sons são convertidos em corrente elétrica que estimularão as fibras residuais das terminações no nervo auditivo, gerando sensações auditivas. O implante coclear é usado mundialmente por 8000 pessoas entre adultos e crianças.

A cirurgia tem durabilidade aproximada de cerca de três horas, sob anestesia geral, todo o sistema consiste em 22 eletrodos pequenos de platina, inseridos na cóclea, é realizado na parte de trás da orelha abaixo da pele.

Rinaldi (1997) salienta que o aparelho de amplificação sonora individual é usado para captar e amplificar os sons para os indivíduos portadores de necessidade auditiva profunda. O aparelho funciona com pilhas bem pequenas, os mais comuns são usados atrás da orelha e outros dentro da mesma ficam o molde que feito de acrílico e silicone, o aparelho usado no corpo, possui a mesma capacidade de amplificar os sons.

Inclusão tem como finalidade fazer com que profissionais tenham como objetivo capacitar escolas comuns para atender todos os alunos, especialmente todos aqueles com deficiência auditiva. Reconhecendo as necessidades rumo à “Escola para todos”, um lugar que inclua todos os alunos, celebre as diferenças, apoiam aprendizagem às necessidades individuais.

A Educação Inclusiva segundo Mrech (2002, p. 01) teve início nos “Estados Unidos através da Lei Pública 94.142, de 1.975”. Há em todos os Estados Unidos o estabelecimento de programas e projetos dedicados à Educação Inclusiva.

Segundo Rinaldi (1997) toda a pessoa tem o direito fundamental à educação e ela deve ser dada à oportunidade de atingir um bom nível de aprendizagem.

Todo aluno possui características, interesse, capacidade e necessidades de aprendizagem que são singulares. Os sistemas educacionais devem ser projetados e os programas educativos implementados e de forma a considerar a ampla diversidade dessas características e necessidades.

As escolas devem acomodar todo aluno independente de suas condições físicas, intelectuais, sociais, emocionais, linguísticas e outras. O desafio para uma escola inclusiva é de desenvolver uma pedagogia centrada no aluno, uma pedagogia capaz de educar com sucesso todos os alunos, incluindo aqueles com deficiências severas.

A inclusão significa que a escola comum se modificou para incluir todas as pessoas: alunos com deficiências, alunos sem deficiências e alunos com outras formas de necessidades especiais, esta é a escola inclusiva. O campo de educação que adota os princípios da inclusão (Sassaki, 1998, p.36).

O princípio fundamental da escola inclusiva consiste em que todas as pessoas devem aprender juntas, onde quer que isso seja possível, não importam quais as dificuldades diferenças possam ter, precisam reconhecer e responder as necessidades diversificadas de seu aluno, acomodando a diferentes estilos e ritmos de aprendizagem e assegurando educação de qualidade para todos mediante Currículos apropriados, mudanças organizacionais, estratégia de ensino, uso de recursos e parcerias com suas comunidades.

Conforme Mrech (2002; p. 02), “por Educação Inclusiva se entende o processo de inclusão de portadores de necessidades especiais e ou de distúrbios de aprendizagem na de comum de ensino”.

Os currículos devem ser adaptados às necessidades dos alunos e não o inverso. As escolas devem, portanto, oferecer oportunidades curriculares que se adaptem a alunos com diferentes interesses e capacidades, a fim de acompanhar o progresso de cada aluno, e os procedimentos de avaliação devem ser revistos.

Aos alunos com necessidades educacionais especiais devem ser oferecidas diferentes formas de apoio, desde ajuda em classes comuns até programas adicionais de apoio à aprendizagem na escola, bem como a assistência de professores especialistas e de equipes de apoio externo (Sassaki, 2002).

As autoridades da educação comum são responsáveis pela educação de pessoas com necessidades especiais auditivas em ambientes integrados.

“A educação em escolas comuns pressupõe a previsão de intérprete e outros serviços de apoio adequados, de acessibilidade e de apoio, projetados para atender a todas as pessoas portadoras das necessidades especiais” – Programa Mundial de Ação Relativa às Pessoas com Deficiência (ONU, 1983). Devem garantir que a educação de pessoas com necessidades educativas especiais seja uma parte integrante do planejamento educacional, do desenvolvimento curricular e da organização escolar.

Mais do que criar condições para os portadores de necessidades educativas especiais, a inclusão é um desafio que implica mudar a escola como um todo, no projeto pedagógico, na postura diante dos alunos, valorizando as peculiaridades de cada aluno, atender a todas as escolas, incorporar a diversidade, sem nenhum tipo de distinção. A inclusão nunca esteve tão presente na educação. E não se trata apenas de admitir a matrícula deles, seria nada mais do que cumprir a lei, mas o que realmente vale é oferecer serviços complementares, adotar práticas criativas nas salas de aula, adaptar o projeto pedagógico, rever posturas e construir uma nova filosofia educativa.

“... a inclusão é um processo, não vai ocorrer, efetivamente, por decretos de legisladores!” (Carvalho, 1997, p.19).

“Segundo a Lei de Diretrizes e Bases da Educação de n°. 9.394/96 apresenta características básicas de flexibilidades, além de inovações que favorecem o aluno portador de necessidades educativas especiais onde é garantida a matrícula (inclusão) desses alunos na rede regular de ensino” (LDB, 1996, p. 40).

Atendimento educacional especializado, preferencialmente na rede regular de ensino. Portanto, é necessário que a nossa política educacional esteja voltada para uma educação efetivamente democrática, são essenciais na implementação de políticas e práticas de ensino na participação e na construção da cidadania.

Segundo Werneck (1997, p.42) coloca que “[...] a inclusão vem quebrar barreiras cristalizadas em torno de grupos fechados”.

Cuja grande maioria de deficientes auditivos está, provavelmente, aguardando a oportunidade de participar da vida em sociedade como é seu direito.

Assim, necessitando de uma nova escola que aprenda a refletir criticamente e a pesquisar, sendo uma escola sem medo de se arriscar, com coragem para criar e questionar o que está estabelecido, em rumo de inovações.

E nesta busca de respostas para atender a diversidade do processo pedagógico, que proporciona melhor qualidade de educação, onde todos serão beneficiados da Educação Inclusiva, e a escola poderá ser considerada um espaço inclusivo de todos e para todos.

Para Rinaldi (1997, p. 298): “O aluno com necessidades auditivas deve frequentar o sistema regular de ensino, pois, ele afirma que este aluno deve ter contato direto com os falantes (ouvintes) da língua nacional porque é neste ambiente que ela sempre manterá suas relações”.

Ainda Rinaldi (1997), para que exista a inclusão do aluno surdo na classe regular, recomenda-se que: a escola se estruture no que diz respeito aos recursos humanos, materiais e físicos, a escola possua um corpo docente que domine a linguagem de sinais, que a escola garanta adaptação curricular e complementação em sala de recursos, a classe comum que receber este aluno não poderá possuir mais que 25 alunos, quando a idade deverá ser cronológica do surdo como a dos demais alunos em que frequentam a classe comum.

Portanto o professor de classe comum terá que se adaptar ao currículo e as práticas didáticas e pedagógicas adequadas, bem como trabalhar em equipe para que haja a inclusão dos alunos surdos. E não simplesmente alunos fazendo cópias. A escola regular deverá dispor de uma sala de recursos para atendimento a esses alunos em suas necessidades especiais.

O professor da sala de recursos, juntamente com a direção da escola e a equipe pedagógica, deve preparar o professor da classe comum que irá receber os alunos surdos, se o professor é novo na escola deverá ser orientado sobre aspectos relevantes da educação deles.

Após ter sido feita a matrícula dos alunos surdos na classe comum deverá ser estabelecido o horário e os dias de atendimento na sala de recursos de forma a conciliar a frequência na sala de aula com a sua participação nas atividades extraclasse. As dificuldades que o aluno tiver em sala deverão ser anotadas em uma agenda, para que o professor da sala de recursos possa planejar as atividades adequadas.

Para que haja uma boa comunicação entre o professor da sala comum e de recursos, deve-se fazer reuniões com a equipe técnica da escola que será de boa utilidade havendo assim uma comunicação clara.

Para que o intérprete de Libras (Língua Brasileira de Sinais) possa exercer a profissão, há necessidade de a comunidade surda organizar em âmbito nacional, no sentido de que a Libras seja reconhecida oficialmente como língua, ainda não está regulamentada e poucos são os municípios que a reconhecem. Por outro lado, se não existir uma formação específica será reduzido o número de pessoas habilitadas a exercer essa função.

Segundo Rinaldi (1997), os intérpretes devem ter fluência na Língua Brasileira de Sinais, na forma como é usada pelas pessoas surdas e boa fluência em língua portuguesa. A atuação dos intérpretes deverá estar centrada no atendimento a todas as pessoas surdas, que necessitam romper os bloqueios de comunicação com o objetivo de integrarem surdos e ouvintes, facilitando a comunicação entre ambos.

O processo educacional, a ser desenvolvido com alunos, constitui-se um dos maiores desafios em que um professor enfrenta em classes de ensino regular. As informações acerca dos limites e das potencialidades desses alunos é de como efetivar seu atendimento. Contidas na série sobre deficiência auditiva, visam a oferecer subsídios ao professor para que vença mais esse desafio, tanto no que diz respeito à comunicação como também as adaptações curriculares.

Quando falamos de ensino de qualidade para o deficiente auditivo, vemos o grande desafio de superar o despreparo dos professores para receber este aluno.

Ao citar a proposta da inclusão, devemos sensibilizar a todos os educadores que o aluno tem o direito a uma educação de qualidade e respeito. "Somente quando toda a sociedade estiver atenta aos problemas das pessoas portadoras de necessidades especiais: os seus anseios, as suas dúvidas, aos seus desejos, podemos falar em integração" (Louro, 1997, p. 37).

O aluno portador de qualquer necessidade não pode mais ser considerado como incapaz, mas sim como alguém que se comunica de maneira diferente entre o meio social, cabe ao professor se atualizar para que ele seja tratado e visto como tal.

Para os docentes estarem aptos a receber os deficientes auditivos precisam conhecer a (Linguagem Brasileira de Sinais) LIBRAS, não havendo ainda cursos de graduação que possa capacitá-los. Usada pela comunidade brasileira e já se espalhando por todo País, é organizada especialmente de forma complexa quanto às línguas oral-auditivas.

De certa forma, tal desafio ainda apresenta certo grau de dificuldade para os professores. “(...) a iniciativa democratiza o conhecimento para o grupo social de surdos, que totaliza quase três milhões de brasileiros” (Milhomem Cândido, 2002, p. 05).

Para que estas mudanças possam realmente ocorrer principalmente as que dizem respeito à capacitação de professores para trabalhar com crianças surdas, é preciso ampla reformulação nos currículos de magistério, pedagogia e licenciatura, de um modo geral, visando principalmente à formação de professores conscientes acerca dos problemas relativos à educação especial do Brasil.

Cabe aos professores se informar sobre as necessidades educativas especiais que exige trabalhar os conhecimentos organizacionais, desenvolvimento e a inovação curricular.

Professores devem desempenhar funções fundamentais na inclusão dos alunos, encontrarem soluções operacionais para os problemas que surgem na sala de aula e desenvolver estratégias e atividades que possam atender os alunos, assim uma qualidade indispensável a eles consiste no empenho em se aperfeiçoar e em se desenvolver profissionalmente.

A formação dos professores deve prover as ferramentas necessárias para a reflexão crítica sobre o seu pensamento e sua prática, sendo que a instituição escolar deve abrir espaço necessário para que o professor busque tal capacitação.

É sabido que até o presente momento, no ensino regular os surdos são alunos como qualquer outro indivíduo, é necessário que sejam realizados cursos de capacitação em LIBRAS (Língua Brasileira de Sinais), mediante esses cursos é possível observar o quanto vem aumentando a preocupação dos profissionais em relação a sua capacitação para estarem trabalhando com os alunos que irão ser inclusos.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Considerando a questão da inclusão nas escolas regulares, pode-se dizer que o aluno com necessidades educativas especiais precisa de um educador que seja capacitado e esteja preparado para sanar as dificuldades reais existentes, um profissional que seja capaz de oportunizar e criar situações que estimule no educando deficiente e não-deficiente o prazer e o desejo em aprender, incentivando-os a juntos buscar respostas para os problemas encontrados e para que a inclusão realmente aconteça.

O objetivo principal da escola inclusiva consiste em atender alunos com deficiência e alunos sem deficiência, acomodar as diferenças, valorizar os conhecimentos que cada um possui, auxiliar no aprendizado respeitando as necessidades individuais, bem como suas limitações.

A escola deve desenvolver um ensino centrado no deficiente auditivo, e o educador deverá utilizar métodos que se adaptem às necessidades do surdo, acompanhando o seu ritmo e o seu desenvolvimento em sala de aula.

O deficiente auditivo (surdo) como todo e qualquer cidadão deve ser respeitado, dentro e fora da instituição, pois ele é um ser humano dotado de qualidades e que está buscando cada vez mais se desenvolver e progredir, e adquirir sua autonomia.

O processo da inclusão pode ocorrer principalmente através da convivência e do bom relacionamento entre alunos deficientes e não-deficientes, entre professores e administração escolar, criando assim um ambiente cordial, que contribui para o sucesso da inclusão e da aprendizagem, e para a construção de cidadãos conscientes e participativos na vida em sociedade.

REFERÊNCIAS

CARVALHO, Rosita Edler. **Integração, Inclusão e Modalidades da Educação Especial – Mitos e Fatos**. Integração, Brasília, ano 7; nº 18, 1997.

LDB – Estado de Mato Grosso. **Lei de Diretrizes e Bases Educacionais**. SEEC/MT, Cuiabá, 1998.

LOURO, Aline Kátia de Moraes. **A formação de Professores**. Integração. Brasília, ano 7: nº 19, 1997.

MARCHESI, Álvaro. COLL, César. PALÁCIOS, Jesus. **Desenvolvimento Psicológico e Educação: Necessidades Educativas Especiais e Aprendizagem Escolar, v. 03**. Porto Alegre. Artes Médicas, 1995.

MINAYO, Maria Cecília de Souza. **O desafio do conhecimento: pesquisa qualitativa em saúde**. 12. ed. São Paulo: Hucitec, 2010.

MILHOMEM, Murilo. Mec vai capacitar docente em LIBRAS. **Jornal do Mec – Educação Especial**, Brasília, maio/2002.

MRECH, Leny Magalhães. **O que é Educação Inclusiva?** http://www.inclusao.com.br/projeto_textos_23.html. Faculdade de Educação da Universidade de São Paulo.

MOURA, Maria Cecília de. Comunicação total. **Revista Espaço, Brasília: Instituto Nacional de Educação de Surdos (INES)**, n. 10, 1998.

RINALDI, Giuseppe, (org.) **Deficiência Auditiva**. MEC/SEESP, Brasília, v. I, 1997.

SASSAKI, Romeu Kazumi. **Educação para o trabalho**. Workshop nº 06 – Congresso Brasileiro sobre Educação Especial. Curitiba, abril/1998.

WERNECK, Cláudia. **A Literatura Infantil na luta contra o cidadão pela metade**. Workshop nº 04 – Congresso Brasileiro sobre Educação Especial. Curitiba, abril/1998.